

Uma generosa “ação entre amigos”

Conforme o **CORREIO BRAZILIENSE** noticiou com abundância de detalhes, em sua edição de ontem, o trabalho do Congresso Nacional na apreciação da proposta do Governo para o Orçamento Geral da União para 1992, se constituiu num autêntico festival de favorecimentos pessoais, uma indisfarçável ação entre amigos. O autor da façanha é nada mais nada menos do que o atual ministro da Ação Social, Ricardo Fiuza, indicado para a função de relator-geral do projeto da lei de meios, juntamente com outros relatores setoriais. A loteria foi seletiva, concentrando-se em oito privilegiados. O ministro da Ação Social, dono da rifa, foi contemplado com a fabulosa quantia de Cr\$ 10,752 trilhões, seguindo-se em ordem decrescente os senhores Helio Rosas (SP), com Cr\$ 1,670 trilhão, Paulo Hartung (ES) Cr\$ 1,086 tri-

lhão, Eraldo Tinoco (BA) Cr\$ 536 bilhões, José Luiz Maia (PI) Cr\$ 508 bilhões, José Carlos Vasconcelos (PE) Cr\$ 474 bilhões, Sergio Guerra (PE) Cr\$ 474 bilhões, Nilson Gibson (PE) Cr\$ 291 bilhões e Eduardo Jorge (SP) Cr\$ 258 bilhões. Esse bolo montou a Cr\$ 15,901 trilhões. Para os restantes 521 parlamentares foram reservados tão só Cr\$ 9,673 trilhões. Quarenta e três parlamentares não apresentaram emendas ou não tiveram aprovada nenhuma proposta de alteração. Os oito felizardos “fiuzologistas” abiscoitaram em média Cr\$ 643 bilhões. O dono da banca levou o prêmio de chefia: Cr\$ 10,752 trilhões.

A moralização dos costumes parlamentares estaria em distribuir as dotações globalizadas por critérios diretamente proporcionais à população e à superfície e inversamente proporcionais à renda.